



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Ofício n.º 222 / Gab/09

Ouro Preto do Oeste, 09 de 07 de 2009.

À Sua Excelência o Senhor
GILVANE FERNANDES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto do Oeste – RO

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei n.º 1.312 de 09 de 07 de 2009, que dispõe sobre a alteração da redação do art. 206 da Lei nº 1030, de 02 de julho de 2004, para a devida apreciação por esta Casa Legislativa.

Considerando a relevância da matéria, solicito que seja observado o **regime de urgência especial**, convocando-se sessões extraordinárias, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

JUAN ALEX TESTONI
PREFEITO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Mensagem n.º

067/09

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Vereadores, a presente proposição dispõe sobre a alteração da redação do art. 206 da Lei nº 1030, de 02 de julho de 2004 e dá outras providências.

Os diversos setores da Administração necessitam de contratação emergencial de servidores pertencentes a categorias específicas, para que os programas possam ter o seu funcionamento normal.

As atuais contratações foram realizadas com fundamento na Lei nº 646, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a contratação temporária. Ocorre que a lei mencionada foi revogada pela Lei nº 1434 de 01 de abril de 2009.

Entretanto, com a previsão da Lei nº 1.030, de 02 de julho de 2004, no art. 206 do Estatuto do Servidor Público, que dispõe que o contrato temporário não pode ultrapassar o prazo de três meses, com isso, há divergência na interpretação da norma jurídica.

Além disso, o inc. III do artigo 205 da Lei nº 1030 de 02 de julho de 2004, remete a lei específica, quando se tratar de situações de emergência que as não previstas nos incisos I e II. Já a Lei 1434 de 01 de abril de 2009 estabelece o prazo não superior a doze meses (art. 7º, II).

Como a lei remete à lei específica, entende-se que a de nº 1434 de 01 de abril de 2009, esteja em vigor. Mas há divergência na sua interpretação e, para que as interpretações não prejudiquem o andamento do serviço público, de forma que o interesse público possa ser atendido, apresentamos a presente proposta de alteração, evitando assim, quaisquer dúvidas a respeito do período de vigência dos contratos ditos emergenciais.

Diante do exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências para a imediata aprovação do incluso projeto de lei, requeremos, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal, a sua tramitação em **Regime de Urgência Especial** e antecipo os sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

JUAN ALEX TESTONI
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI N.º 1.312

, DE 09 DE 07

DE 2009

**“ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 206 DA
LEI Nº 1.030, DE 02 DE JULHO DE 2004”**

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º O art. 206 da Lei nº 1.030, de 02 de julho de 2004,
passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 206. As contratações de que trata este capítulo
terão dotação orçamentária específica e não poderão
ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, salvo nos
casos de necessidade da administração pública poderá
referido prazo ser prorrogado ”.**

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogando as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, em 09 de 07 de 2009.

JUAN ALEX TESTONI
PREFEITO

| | | | |
|---|----------------|--------|-------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE | | | |
| APROVADO | | | |
| 1ª VOTAÇÃO | | | |
| Quorum | 08 | Favor | 06 |
| | | Contra | 02 |
| Sessão | Extraordinária | | Horas 15:00 |
| Em | 17 | de | 07 de 2009 |

| | | | |
|---|----------------|--------|-------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE | | | |
| APROVADO | | | |
| 2ª VOTAÇÃO | | | |
| Quorum | 09 | Favor | 08 |
| | | Contra | 01 |
| Sessão | Extraordinária | | Horas 18:30 |
| Em | 18 | de | 07 de 2009 |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 1030, DE 02 DE JULHO DE 2004.

“Dispõe sobre a reorganização e atualização do regime jurídico dos servidores públicos municipais de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei reorganiza e atualiza o regime jurídico dos servidores públicos municipais de Ouro Preto do Oeste – Estado de Rondônia, definindo como de natureza estatutária.

Art. 2º Para efeito desta Lei servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

I – CARGO – É o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, conforme as características de criação, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada, instituídos em Lei.

II – CATEGORIA FUNCIONAL – É o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de níveis e de classes.

III – CARREIRA – É o conjunto de cargos de provimento efetivo, classificados por área de atuação, constituídos por classes e níveis ou apenas níveis, aos quais os servidores poderão ascender mediante promoção.

IV – PADRÃO – É a identificação numérica que é dada ao valor do vencimento básico da categoria funcional e dos seus níveis de promoção dentro de cada uma das classes conforme o grau de escolaridade, caracterizado nesta lei com **NP** (nível primário); **NI** (nível intermediário); **NM** (nível médio) e **NS** (nível superior) *W*.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Art. 206. As contratações de que trata este capítulo terão dotação orçamentária específica e não poderão ultrapassar o prazo de três meses.

Art. 207. É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, bem como sua recontração, antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 208. Os contratos serão sempre de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

- I. remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;
- II. jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;
- III. férias proporcionais, ao término do contrato;
- IV. inscrição no Regime Geral da Previdência Social.

TÍTULO IX

Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 209. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 210. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente, salvo norma específica dispondo de maneira diversa.

Art. 211. Do exercício de encargos ou serviços diferentes dos definidos em lei ou regulamento, como próprios de seu cargo ou função gratificada, não decorre nenhum direito ao servidor. *En*.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Art. 217. Esta lei entra em vigor em 01 de novembro de 2004, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº 13 de 25 de Outubro de 1983 e suas alterações posteriores.

Palácio dos Pioneiros, em 02 de julho de 2004, 115º da República.

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO